

EXIGIMOS O FIM IMEDIATO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS INDÍGENAS DA NOSSA AMAZÔNIA E O RESPEITO DOS SEUS DIREITOS

Com um saldo de dezenas de mortos e feridos, principalmente entre os indígenas *Awajun*, foi concluída hoje a evacuação da área que eles ocupavam em Bagua, na zona de *Corral Quemado* e *Curva del Diablo*. Este massacre causou, entre suas vítimas, o assassinado do Presidente da Comissão de Luta Provincial de Condorcanqui, o Senhor Santiago Manuin Valera, que morreu depois de uma intervenção da polícia que ocorreu – de acordo com a denúncia da população e das autoridades de Bagua – através de "balas de guerra."

Os Indígenas da nossa Amazônia estão mobilizados para defender os territórios ancestrais que ocupam nas selvas alta e baixa da nossa Amazônia, que incluem uma extraordinária biodiversidade própria do ecossistema das encostas orientais de nossa floresta e que eles têm preservado ao longo dos séculos.

Esse território, hoje em dia, é já afetado e reduzido por causa da exploração de recursos sempre maior e irracional, como por exemplo o ouro, a madeira, o petróleo e o gás, que ocorre sem respeitar as áreas que as mesmas comunidades protegem como um modelo de conservação, cujo objetivo é de garantir a estabilidade dos solos e dos bosques, e manter a qualidade e a quantidade da água, o equilíbrio ecológico e um ambiente adequado para o seu desenvolvimento. Muitas dessas explorações são feitas em áreas dadas em concessão pelo governo peruano a empresas multinacionais, cujo terreno se sobrepõe com os territórios indígenas, ignorando os direitos das comunidades nativas responsáveis pela sua gestão, e sem ter avaliado a sua compatibilidade com as áreas protegidas e como elas afetam a sua conservação.

Os Bispos da Amazônia, no dia 5 de Maio, disseram que: *"em nome de um conceito desviado de desenvolvimento, o Estado permite o desmatamento de grandes extensões de florestas primárias em favor de empresas nacionais e multinacionais para o investimento em plantações de bio-combustíveis, de cana-de-açúcar e outros. [Y] não é desconhecida para ninguém a poluição dos rios com chumbo e outros metais pesados e substâncias tóxicas como resultado de uma atividade mineira (formal e informal) e da extração de petróleo de forma irresponsável. Nós somos testemunhas, além disso, do corte indiscriminado de madeira sem qualquer tipo de controle."*

Através dos decretos legislativos que o governo emitiu, aproveitando abusivamente e inconstitucionalmente das competências delegadas que lhe foram concedidas para a execução do Tratado do Comércio Livre acordado com os EUA, o governo peruano pretende deixar que essas grandes multinacionais façam o que elas quiserem nas reservas e nas áreas protegidas; ignorando que os direitos defendidos pelos índios não só são reconhecidos nos Pactos, Convenções e Convênios de caráter vinculativo e exequível que o Peru – por tê-los ratificado – se comprometeu a honrar, mas também compromete a sua responsabilidade diante da comunidade internacional.

As disposições legislativas aprovadas pelo governo, e que o Congresso até agora se recusou a revisar e derrogar, implicam uma negação do reconhecimento da igualdade e dignidade dos Indígenas do Peru como semelhantes aos outros povos que fazem parte desta Nação, como parte de uma realidade multi-étnica e plurinacional de um país na qual todos os povos devem ser considerados como iguais. Além disso, negam o seu direito à exercer sua identidade (entendida como a utilização da sua língua, nomes, toponímias, cultura e religião), assim como suas próprias formas de desenvolvimento, crescimento e transformação.

os que assinam esse documento, repudiam estes atos e apelam ao governo, em primeiro lugar, para pôr fim imediatamente ao estado de sítio e que parem com a violência exercitadas contra nossos irmãos na Amazônia, com o terrível saldo de vítimas que hoje lamentamos. Pedimos que cessem os ataques que estas semanas foram sistematicamente levados contra AIDSESEP e seus dirigentes e que seja aberto um espaço de respeitoso e genuíno diálogo com eles, para considerar os legítimos interesses que eles representam.

Conforme expressado pelo Fórum Permanente sobre Assuntos Indígenas da ONU, órgão consultivo do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, através de sua presidenta, Victoria Tauli Corpuz, recordamos ao Governo peruano seu dever de consultar e respeitar os direitos dos povos indígenas, conforme estipulado nos compromissos assumidos na Convenção 169 da OIT, e garantir o pleno respeito pelos direitos das comunidades sobre as terras tradicionais, os territórios e os recursos, bem como a concessão livre, prévia e informada dos mesmos.

Apelamos por último à comunidade nacional e internacional a mobilizar-se para impedir que ocorra um genocídio na nossa Amazônia e que o direito dos nossos povos indígenas seja garantido na sua livre determinação.

É estabelecendo o diálogo que os conflitos são resolvidos, não tirando vidas.

Lima, 5 de junho de 2009

Jubileo Perú, Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo (PIDHDD), Asociación nacional de Centros (ANC), Conferencia Nacional sobre Desarrollo Social (CONADES), Red Latinoamericana de Deuda, Derechos y Desarrollo (Latindadd), Llamado mundial de Lucha Contra la Pobreza Capítulo Perú, Grupo Red de Economía Solidaria del Perú (GRESP), Género y Economía, Movimiento Ciudadano frente al Cambio Climático (MOCICC), Forum Solidaridad Perú, Centro de Asesoría Laboral del Perú (Cedal), Grupo Propuesta Ciudadana Jubileo Sur, Capítulo Boliviano de Derechos Humanos, Observatorio Internacional de la Deuda, Red Brasil, Centro de Derechos, Económicos y Sociales del Ecuador, Jubileo Guayaquil, Alternativa Infosstelle Perú, Instituto Bartolomé de las Casas, CEPES, DESCO, Red Globalización y Equidad, Colectivo Ciudadano Para que no se repita, SER, IPEDEHP, IDL, COINCIDE, Instituto Alameda, Asociación de Profesores de Políticas Latinoamericana de la Universidad de Oklahoma, CGTP, CCP, SIDESP, Red DESC Ica, Movimiento Comunitario Alfa y Omega, FENTAP, CEPDUR, CENAPRODEP, FENPUP, APCIJEP, Foro Mype, Coordinadora Político Social del Cono Sur, FNTTP, Fedecall La Libertad, Fentrep, Femocpaalm, Secretaría Regional Lésbica, Red Mitimaes, Comité peruano por el derecho a una Vivienda Digna

Seguem as assinaturas...